4
As Representações Reais na Cidade de Salvador

> "Existe uma inegável correspondência entre a história da sociedade e a de suas artes. Se não existem leis históricas, existem sim, rimas históricas"
>
> Octavio Paz[59]

Durante o reinado de D. João V, com a expansão de uma cultura de poder e da utilização sistemática de instrumentos simbólicos persuasivos, a colônia brasileira, no cerne das preocupações da política ultramarina portuguesa, passou a integrar com mais intensidade a geografia do espectro das representações simbólicas da monarquia joanina. O investimento real na realização de uma sucessão de festas e celebrações não foi restrito ao reino e às embaixadas nas cortes européias, mas também se estendeu à colônia, aos súditos do império do ultramar. Desde fins do século XVII, as representações festivas organizadas pelos representantes da coroa começaram a tomar vulto no mundo colonial. As exéquias do governador Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, em 1675, já impressionaram a população de Salvador pela demonstração espetacular de emblemas na magnificência das celebrações fúnebres. A representação pública de gratidão, de reconhecimento e de fidelidade ao rei também marcou o rito fúnebre de D. Pedro II em 1706 na Bahia. Foi no tempo do Magnânimo, porém, que a colônia conheceu as mais ricas festas e representações em louvor à monarquia.[60]

Os primeiros anos do reinado de D. João V não foram muito pródigos no desenvolvimento do aparato festivo, por conta da penúria causada pela Guerra da

---

[59] PAZ, Octavio. Sóror Juana Inês de la Cruz, pág. 83

[60] As cerimônias fúnebres do governador Afonso Furtado foram estudadas por Stuart Schwartz e Alcir Pécora, a partir do achado do manuscrito referente ao panegírico fúnebre do governador. O documento foi reproduzido e analisado na publicação: As Excelências do Governador organizada pelos autores mencionados. Os rituais fúnebres de D. Pedro II na Bahia foram descritos por Rocha Pita no folheto: "Breve compêndio e narração do fúnebre espetáculo, que a insigne cidade da Bahia, cabeça da América portuguesa, se viu na morte de El Rei D. Pedro II". Citado por MONTEIRO, Rodrigo Bentes. "Entre festas e Motins: afirmação do poder régio bragantino na América portuguesa (1690-1763) In JANCSÓ, István e KANTOR Íris (org) Festa Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0210200/CA

Sucessão Espanhola e pelas incertezas políticas que o conflito gerou entre as principais casas reinantes européias. A posição portuguesa de integrar a Grande Aliança, sob a hegemonia inglesa, em detrimento das aspirações francesas, em prol da defesa das terras do atlântico sul, não deixou de trazer instabilidade para Portugal e para a colônia brasileira, uma vez que as possessões lusitanas no Oriente foram reduzidas pela concorrência naval e comercial entre Inglaterra e Holanda. O poderio das potências européias estava por ser redefinido. As terras brasileiras ficaram particularmente vulneráveis aos ataques de corsários estrangeiros. Em 1710, o Rio de Janeiro foi invadido por Jean François Duclerc. Cerca de um ano após, adentrava pela estreita boca da Baía de Guanabara dezoito embarcações de Duguay-Trouin, o mais temido corsário de Luís XIV, que exigiu um vultuoso resgate pago pela população da cidade. Havia também o temor de novas invasões holandesas no nordeste.

Por volta da primeira década do século, a coroa portuguesa estava apreensiva com os destinos da América portuguesa. A Guerra da Sucessão favorecia as insurreições no ambiente colonial. As autoridades temiam também os conflitos internos coloniais, por vezes fomentados pelo partido francês. Em Pernambuco, berço da Nova Lusitânia, os aristocratas da cana de açúcar sediados na cidade de Olinda, endividados pelo esforço de expulsão dos holandeses e pela queda no preço internacional do açúcar e elevação da mão de obra escrava, entraram em conflito com os comerciantes e financistas recifenses, oriundos dos escalões subalternos do reino. Na Guerra dos Mascates (1710-1711), Olinda acabou sendo suplantada pela cidade do Recife. A sedição dos "mazombos" pernambucanos contra o governador Castro e Caldas, aliado precipitado dos comerciantes recifenses, em desafio ao poder real, muito preocupou as autoridades ultramarinas em Lisboa. Havia o receio de que o clima de desgoverno e de desobediência atingisse também a zona canavieira do recôncavo baiano. Durante os conflitos, a capitania de Pernambuco chegou a ficar sem governo. Os partidários de Olinda demoliram o pelourinho do Recife, símbolo da autonomia municipal, e chegaram a formular a hipótese da instalação de uma república análoga à Veneza. A rebelião mascate aconteceu no dia 18 de junho de 1711, em contestação ao governo transitório do bispo D. Manuel Álvares da Costa. Porém, quando o movimento parecia pacificado, o novo governador Felix José Machado

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0210200/CA

de Mendonça promoveu uma devassa contra os olindenses, sendo substituído por novo governante.

A preocupação das autoridades de Lisboa com a Bahia não era vã. No mesmo ano, a cidade de Salvador foi agitada pelas revoltas conhecidas como os "motins do Maneta". A substituição do governador Lourenço de Almada por Pedro de Vasconcelos de Souza desencadeou uma revolta entre os comerciantes que se opunham à taxação sobre os escravos africanos, cada vez mais caros por conta da demanda por mão de obra da região mineradora. A população se insurgia contra o aumento brusco do preço do sal, que beneficiava as atividades do monopólio comercial de Manuel Dias Filgueiras. Contestava-se também a dízima da alfândega. A rebelião contou com a adesão de soldados e marinheiros, o que dificultava a repressão, o que fez o governador desistir do aumento dos impostos. Outros motins aconteceram sob o pretexto do envio de uma esquadra para socorrer o Rio de Janeiro da invasão de Duguay-Trouin. O governador, que havia recusado o pedido, mais uma vez teve que ceder ao pleito. Porém, na notícia da partida dos franceses esvaziou o sentido do movimento.

O renascimento econômico promovido pela exploração do ouro em Minas Gerais atraía a cobiça, exigindo da metrópole controle e proteção. A possessão portuguesa do atlântico sul despontava no mundo europeu como o último eldorado terrestre. Os pioneiros paulistas não foram os únicos a explorar os veios auríferos, forasteiros de toda parte convergiram para as minas. Os desbravadores paulistas e os aventureiros reinóis passaram a disputar a mineração, gerando o conflito da Guerra dos Emboabas (1707-1709), fazendo com que a coroa exercesse pela primeira vez sua autoridade na região mineradora. Entre 1700 e 1720 aconteceu a grande corrida do ouro, ativando o tráfico atlântico de escravos e provocando um grande movimento migratório em direção ao interior, principalmente para as Minas Gerais. A extração do ouro fortemente regulada e taxada pela coroa provocou o levante das elites locais em Ouro Preto e a repressão rigorosa do governador Conde de Assumar que ordenou a execução de Filipe dos Santos, em 1720.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0210200/CA

A dinâmica da vida na colônia estava em transição. O Brasil talássico dos núcleos açucareiros nordestinos vivia uma grande crise pela queda abrupta do preço do açúcar no mercado internacional, em função da crescente produção nas Índias ocidentais inglesas e francesas. A descoberta do ouro pelos sertanistas paulistas possibilitou o surgimento de uma nova região colonial no interior. A produção aurífera em grande escala trouxe desequilíbrio ao mercado interno brasileiro, fonte de fomento das revoltas locais. Charles Boxer assim resumiu a conjuntura da crise: "Em primeiro lugar, e pela primeira vez, a grande parcela da população das regiões litorâneas de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro se deslocou para as regiões mineiras do interior. Esse movimento não se assemelhou à penetração lenta e persistente, já efetuada em outras áreas, como o vale do rio São Francisco, de grupos reduzidos de criadores de gado, bastante raros na região, mas constituiu uma emigração *em masse*. Segundo, ao mesmo tempo que estimulava enormemente a economia colonial, ajudando a resolver uma crise econômica, dava início a outra crise, pois atraiu a mão de obra escrava e livre das plantações da cana e do tabaco e das cidades litorâneas, que procurava trabalho mais lucrativo nas escavações das minas. A acentuada elevação dos preços também resultou da escassez de mão de obra associada à produção aurífera cada vez mais intensa. Em terceiro lugar, o aumento da procura de escravos africanos da costa oeste para as minas e para os engenhos provocou o aumento correspondente do tráfico escravista com a África Ocidental e a abertura de novos mercados de escravos nessa região."[61]

No contexto metropolitano, com o fim da Guerra da Sucessão pelo trono espanhol, Portugal decidiu proclamar-se neutro nos conflitos internacionais, valendo-se prioritariamente da diplomacia e das representações simbólicas do poder. Um longo período de paz e de prosperidade, por causa do ouro brasileiro, marcou as décadas seguintes do reinado joanino. Com o redirecionamento das políticas ultramarinas para o Brasil, a coroa portuguesa assumiu para si a função colonizadora por meio do exercício de maior controle administrativo e pelo reforço das representações simbólicas. "O rei português e sua corte deixavam de ser " escondidos" no Reino, estendendo, então, os braços aos súditos de regiões

[61] BOXER, Charles. O Império Marítimo Português pág.171

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0210200/CA

distantes, fazendo-se amados também por esses vassalos ultramarinos, à medida que se mostravam para eles. Liberto dos conflitos internos e externos que dificultavam sua maior expressão, o rei da dinastia de Bragança tomava enfim consciência de sua condição, passando a exercer seu poder progressivamente com mais firmeza, e demonstrando-o de forma espetacular para seus vassalos, até mesmo os de além-mar", conforme explicou Rodrigo Bentes Monteiro.[62]

O conjunto azulejar do claustro e da sala do consistório do edifício dos Terceiros seráficos de Salvador, uma manifestação artística das representações do poder, é, provavelmente, uma expressão concernente a este contexto histórico da monarquia lusitana e de suas relações com a colônia brasileira, a partir do fim da segunda década do século XVIII, em que novas sociabilidades e modalidades de controle social foram exercidas. A instalação dos painéis de azulejo contendo cenas do cerimonial real, da corte e de vistas monumentais da capital é um testemunho dos esforços para afirmar a autoridade real no mundo colonial, baseado numa relação que se quer amistosa entre metrópole e colônia, entre o rei e seus vassalos ultramarinos. A subordinação ao soberano é operada por meios simbólicos, estabelecendo um "pacto de sujeição", a outra face da repressão e do castigo.[63] As imagens azulejares invocam a figura distante do monarca e de sua corte, através de seu corpo representado, em júbilo, trazido para perto ao alcance dos olhos de seus súditos coloniais.

A tradição monárquica portuguesa pregava o princípio do governo com justiça para o estabelecimento do bem comum. O soberano devia zelar pela conservação, pelo equilíbrio e pela harmonia de seus súditos, mantendo privilégios e exigindo obrigações. O rei tinha a prerrogativa de castigar e de perdoar. D. João V, mesmo tendo concentrado poderes, procurava agir de forma misericordiosa buscando por meio do amor obter a obediência de seus vassalos. Mesmo não tendo jamais realizado as cerimônias de "reunião das cortes", D. João V manteve uma comunicação direta com a população, comungando do princípio, que remonta à Antiguidade, do evergetismo do rei que considera que o modelo do

---

[62] MONTEIRO, Rodrigo Bentes. op.cit pág. 144

[63] A expressão é de João Adolfo Hansen. Ver "A categoria "representação" nas festas coloniais" In Jancsó, István e Kantor, Íris. Festa Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa pág. 740

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0210200/CA

bom monarca é aquele que oferece espetáculos ao povo. As práticas festivas do Magnânimo acrescentavam a riqueza ostentada a um quadro de relações de concorrência. Sua imagem era a do rei que distribuía moedas e bastonadas durante as audiências públicas, impondo o seu reconhecimento num sistema de trocas, organizado através das cerimônias da monarquia. A alternância entre atos de generosidade e de misericórdia e atos de repressão e punição era um dos componentes da essência paternalista, específica da configuração do poder real em Portugal neste momento.

4.1.
O Cerimonial Festivo em Salvador da Bahia

O conjunto azulejar dos Terceiros franciscanos de Salvador fixou na urbe colonial cenas da capital do Império e imagens da cerimônia solene ocorrida na corte, por ocasião do matrimônio do futuro rei, considerada um dos momentos mais faustosos do dispositivo cerimonial joanino. As celebrações, porém, não ocorreram apenas em Lisboa, elas se espalharam por todo o império e pelos principais centros da colônia brasileira, acontecendo de maneira particularmente magnificente em Salvador. Embora a cidade já tenha então começado a sofrer uma perda considerável na sua condição hegemônica, por conta da ascensão do Rio de Janeiro como principal porto de escoamento e abastecimento das minas, permaneceu, contudo, "fiel à sua vocação cenográfica e barroca de capital da América portuguesa", conforme escreveu Evaldo Cabral de Mello.[64] O evento foi registrado em prosa e em versos por literatos da elite local em dois documentos escritos que nos legaram descrições pormenorizadas do grande cerimonial festivo realizada na cidade da Bahia entre os meses de julho e agosto de 1729. Joseph Ferreyra de Matos, tesoureiro-mor da Sé da Bahia, publicou na Oficina do Santo Ofício em Lisboa, em 1729, com todas as licenças necessárias, o "*Diário Histórico das Celebridades, que na Cidade da Bahia se fizeram em Ação de Graças pelos Felicíssimos Casamentos dos Sereníssimos Senhores Príncipes de Portugal, e Castela, Dedicado ao Ilustríssimo Senhor Bispo da Bahia D. Luís Álvares de Figueyredo, Metropolitano dos Estados do Brasil, Angola, São Tomé,*

[64] MELLO, Evaldo Cabral de. "O século mais agreste" In Um Imenso Portugal pág. 277

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0210200/CA

do Conselho de Sua Majestade". O outro documento que descreve vivamente as celebrações baianas é o *Poema Festivo*, de autoria do Capitão João de Brito e Lima, contendo 128 estrofes, em estilo do cultismo português, editado em Lisboa, na Oficina da música em 1729. Os textos merecem uma investigação mais profunda do que foi possível proceder no escopo deste trabalho. No entanto, em princípio, é possível extrair de suas leituras a presença organizadora do poder central metropolitano na condução dos festejos reais em Salvador.

O cerimonial na cidade de Salvador foi cuidadosamente planejado e liderado pela maior autoridade colonial, o governador Vasco Fernandes César de Meneses, que governava em nome do Rei D. João V, depois de ter sido vice-rei na Índia entre 1712 e 1717[65]. A administração de Vasco de Meneses teve início em 23 de novembro de 1720, estendendo-se até 1 de maio 1735. Foram anos de estabilidade governativa e de certa prosperidade, na província da Bahia, com a descoberta das minas de ouro em Jacobina e em Rio das Contas. A costa fora liberta dos ataques dos corsários e Meneses governou com aparente aceitação geral. Além de ter criado as vilas de Santo Amaro da Purificação e Maracogipe, ambas na região açucareira do Recôncavo, o vice-rei enfrentou e sufocou com energia o Levante do Terço Velho em 1728, quando ordenou o enforcamento de dois soldados que participavam do movimento. Sua ação, contudo, não se notabilizou apenas no campo da repressão às insubordinações. Vasco de Meneses soube também implementar, no ambiente colonial, as políticas de representações de D. João V, cujo sistema cerimonial, enriquecido pelo gosto barroco pelo fausto, alargou-se também no âmbito do incipiente contexto das práticas políticas da colônia.

Quando em 1720 o monarca fundou a Real Academia de História, para escrever a gloriosa história da nação portuguesa e de seu Império, pediu a Vasco de Meneses que obtivesse todas as informações disponíveis sobre o Brasil. Com este propósito, foi criada a *Academia Brasílica dos Esquecidos*, em 7 de março de 1724. O governador reuniu em seu palácio os homens mais distintos da Bahia,

---

[65] Féderic Mauro afirma que a partir de 1720 o título de vice-rei do Brasil foi sistematicamente atribuído ao Governador-geral do "Estado do Brasil" com sede em Salvador, mesmo quando então já crescia a importância do Governador Capitão-geral do Rio de Janeiro. Ver MAURO Fédéric (coord) O Império Luso-Brasileiro vol. VII pág. 176

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0210200/CA

pertencentes ao clero ou à elite de magistrados: o historiador e desembargador Sebastião da Rocha Pitta (também membro da Academia Real da História), o padre Gonçalo Soares da França, chanceler Caetano de Brito Figueiredo, o ouvidor Luís de Sequeira da Gama, o juiz de fora Dr. Inácio de Barbosa Machado, o capitão João Brito Lima e José da Cunha Cardoso. Conforme constava no próprio nome da agremiação, alguns desses intelectuais se consideravam esquecidos pelos literatos portugueses da Real Academia de História. O lema *Sol Oriens Occiduo* (O Sol nascido no Ocidente) continha a mensagem que o sol da cultura não estava apenas na metrópole, mas estava nascendo no ocidente, nas terras da América portuguesa. Para o chanceler Caetano Brito de Figueiredo, que escreveu um tratado de história natural do Brasil, que incluía a origem dos índios e observações sobre a flora e a fauna brasileira, o Brasil era "a jóia preciosa do cetro lusitano, a mais valiosa pedra da coroa portuguesa".[66]

As atividades da Academia foram encerradas em 1725, após ter realizado dezoito encontros entre seus membros. Porém, o desejo de inserção no concerto civilizatório do Império luso se manteve no espírito dos membros desse grupo. O *Poema Festivo*, de Brito e Lima, publicado em 1729, quando a Academia já estava extinta, está imbuído do espírito de louvor à monarquia e ao império, que presidia a agremiação literária. Em *História da América Portuguesa*, considerada a primeira obra historiográfica produzida no Brasil, Rocha Pitta assim descreveu o empenho de Vasco de Meneses em formar a *Academia dos Esquecidos*: " A nossa portuguesa América (e principalmente a província da Bahia) que na produção de engenhosos filhos pode competir com Itália e Grécia, não se achava com a academias introduzidas em todas as repúblicas bem ordenadas, para apartarem a idade juvenil do ócio contrário das virtudes, e origem de todos os vícios, e apurarem a sutileza dos engenhos. Não permitiu o vice-rei que faltasse no Brasil essa pedra-de-toque ao inestimável oiro dos seus talentos, de mais quilates que o das suas minas. Erigiu uma doutíssima academia, que se fez em palácio na sua presença. Deram-lhe forma as pessoas de maior graduação e entendimento que se acham na Bahia, tomando-o por seu protetor..." [67] Conforme Rocha Pitta, Vasco

[66] SCHWARTZ, Stuart. Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial pág. 258
[67] PITTA, Rocha. História da América Portuguesa pág. 492

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0210200/CA

de Meneses, teve atuação fundamental na criação da Academia baiana, seguindo, desta forma, as novas diretrizes da configuração do poder joanino, de fortalecimento dos instrumentos simbólicos de afirmação do poder.

O governador, fiel e eficiente representante do poder central metropolitano, foi também o principal promotor dos festejos reais na Bahia, conforme consta na inscrição que compõe o título do *Poema Festivo* de João de Brito e Lima: "...a obsequiosa Bahia tributou em aplauso das sempre faustas, régias bodas dos Sereníssimos Príncipes do Brasil, e das Astúrias com as inclitas princesas de Portugal e de Castela, dirigidas pelo Excelentíssimo Vice-Rei deste Estado Vasco Fernandes César de Meneses, oferecido à muito alta, Augusta e Soberana Majestade do Senhor D. João V, Rei de Portugal..." [68]

Conforme a análise de Pedro Cardim, o cerimonial das Entradas solenes no mundo colonial visava assinalar a posição de subordinação da colônia em relação à metrópole e a apresentar a figura do representante do rei em posição cimeira, o que parece ter acontecido a César de Meneses. Mas a ocasião da festividade real permitia também, à semelhança do que acontecia em Lisboa, o estabelecimento de um diálogo entre o poder central metropolitano e os grupos locais. Diz Cardim: Para as autoridades políticas autóctones - como era o caso das câmaras municipais das principais cidades, do oficialato autóctone, dos comerciantes, dos " senhores de engenho" e dos clérigos locais-, as entradas constituíam uma boa oportunidade para apresentarem suas pretensões políticas e para manifestarem as suas reivindicações, a saber: o seu empenho em preservarem incólume, o seu espaço de intervenção e, eventualmente, em incrementarem sua autonomia com relação a Lisboa".[69]

O *Diário Histórico* de Joseph Ferreyra de Matos também confere ao governador um papel protagônico nas celebrações que aconteceram entre 23 de junho a 20 de agosto de 1729. Seu empenho na realização das comemorações baianas pode ter contribuído para o recebimento da recompensa de ser agraciado

---

[68] BRITO e LIMA, João de. Poema Festivo.
[69] CARDIM, Pedro. "Entradas solenes rituais comunitários e festas políticas, Portugal e Brasil, séculos XVI e XVII" In JANCSÓ, Istvan e KANTOR Íris (org) Festa Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa pag. 123

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0210200/CA

com o título de I conde de Sabugosa, em setembro de 1729.Vasco Meneses liderou as cerimônias públicas, seguido das autoridades do Tribunal da Relação, do clero e das corporações civis. O povo também tinha participação no evento, conforme o texto resumido do *Diário Histórico*, elaborado por Rubens Borba de Moraes:

> "dia 23 Solene publicação dos festejos que se preparavam;
> dia 25- Comprimento feito ao vice-rei em palácio, pelas corporações e pessoas mais gradas da capital: banquete oficial dado pelo mesmo vice-rei: comprimento do cabido ao prelado; repiques salvas e vistosas luminárias; serenata em palácio;
> dia 26- Repiques, salvas, luminárias e serenatas;
> dia 27- Festejos idênticos ao da véspera, e mais: a festa das Onze Mil Virgens feita pelos estudantes da cidade;
> dia 28- Repiques e luminárias à noite, em palácio e na presença do vice-rei; um alegre divertimento músico de cantigas que é abundante neste país; Neste dia se publicaram duas cartas pastorais do Arcebispo Luís Álvares de Figueiredo
> dias 29 e 30- Repiques, salvas e serenatas; e no dia 30 distribuição de esmolas pela pobreza da Bahia;
> dia 31- Soleníssima e aparatosa ação de graças na Catedral; à tarde, sermão pelo reverendo dr. Sebastião do Valle Pontes;
> dia 1 de agosto- Procissão alegórica, que saindo da Sé percorreu algumas praça e ruas da cidade adornadas em pórticos, arcos triunfais para este fim;
>
> Esta procissão precedida de três figuras emblemáticas (América, Portugal e Castela) se compunha de oito procissões parciais, cada uma com suas danças, confrarias e andores. Acompanharam-na todas as corporações civis e eclesiásticas da Bahia, o próprio arcebispo e o vice-rei...
> dia 5- Representação da primeira comédia- *Los Juegos Olympicos...*
> dia 8- Representação da comédia *La Fuerça del natural ...*
> dia 10- Representação da terceira comédia *Fineza contra fineza ...*
> dia 13- Representação da quarta comédia *El monstro de los jardines ...*
> dia 16- A quinta comédia – *El desden com el desden*
> dia 20- A sexta e última comédia *La fira, el rayo y la pidra...*"

Durante os festejos reais, a cidade de Salvador viveu dias de suspensão de sua rotina colonial, transformando-se no teatro do poder da capital barroca, cujos espaços estavam redefinidos pela evocação à presença do poder monárquico. Para além da liderança do governador, os dois principias documentos que narram as cerimônias festivas em Salvador revelam a realização de celebrações nos moldes da festa barroca, com "arquitetura construída", fogos de artifício, máscaras, banquetes, teatro, som de trombetas, músicas e serenatas. Segundo os versos entusiastas do *Poema Festivo* do capitão Brito e Lima, a cidade da Bahia foi tomada pela festa:

> "...O júbilo mostrando verdadeiro,
> no luzimento da maior grandeza,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0210200/CA

tão grande que por certos avalia,
outro não viu, como este, inda a Bahia"[70]

Toda a população da cidade foi mobilizada, os diversos estratos sociais, a nobreza, os membros da Relação, a milícia e o prelado apresentaram-se na cena pública, com suas melhores vestimentas, organizados de forma hierarquizada, para mostrar o amor e a obediência ao rei. Conforme o "Poema Festivo", houve "audiência geral", com a presença de "marítimos brutos" , "oficiais e cabos da armada", "carmelitas", " ministros da Misericórdia", representantes do Tribunal, do Erário Real e da Câmara e do Senado. Todos tinham suas representações e seus "lugares sociais" definidos no cortejo. No topo da hierarquia, destacava-se a proeminência do governador na condução dos diversos grupos sociais que se apresentavam em espetáculo:

"O Popular concurso, e alta Nobreza,
De que se exorna a Corte da Bahia, como a primeiro móvel nesta empresa
Ao sempre heróico vice-rei seguia.
Que ostentando a magnífica grandeza,
Mostrava os seus afetos na alegria,
A cuja imitação por vários modos
Na opulência e prazer o imitam todos..."[71]

As festividades ocorreram principalmente próximas ao Palácio do governador, à Câmara, à Cadeia, à Sé, à Misericórdia e às casas mais nobres da cidade, nos lugares centrais da topografia social da cidade. Depois da missa solene na Sé, o clero saiu em procissão pela cidade em "carros de magnífica grandeza". Diz o *Poema Festivo*:

" Sendo tão grande o giro,
que fazia a procissão se viu (não sem portento)
parte dela na Sé se recolhia
sem ter ainda saído o Sacramento.
Não viu como esta igual outra a Bahia,
nem na grandeza nem no luzimento,
e parece apostarão nesta empresa
O vulgo em luzimento, ela em grandeza..."[72]

Curiosamente, as descrições dos eventos festivos em Salvador contidas no "Poema Festivo" não fazem menção específica à participação dos frades ou dos

[70] BRITO e LIMA op. cit pág. 116
[71] BRITO e LIMA op. cit pág. 108
[72] BRITO e LIMA,op. cit pág. 134

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0210200/CA

irmãos franciscanos . As narrativas dos festejos em Salvador nos revelam a grandiosidade das celebrações na cidade, a participação de alguns atores sociais e a centralidade de Vasco de Meneses. Porém, elas não elucidam o motivo da instalação dos silhares azulejares contendo a imagens da Entrada lisboeta nas paredes do claustro e do consistório dos Terceiros franciscanos. Esta questão requer uma resposta com base no exercício de aproximação e de reflexão sobre a presença física do poder, representada na azulejaria, e o grupo de receptores locais congregados na irmandade franciscana.

4.2.
As Elites Locais e o Corpo do Rei Representado

No alvorecer do século XVIII, Salvador exercia uma relativa centralidade. Era um centro comercial exportador florescente, importante rota marítima do atlântico sul. A cidade abrigava as instituições da lei e da ordem colonial, onde se instalou o primeiro bispado (1551) o Tribunal da Relação (1609), seus magistrados e a burocracia do estado português. Era a "espinha dorsal da administração do Brasil".[73] Foi grande centro produtor de açúcar (suplantado apenas por Pernambuco) e de tabaco. Foi também porto importante do comércio de escravos com a África. O açúcar predominava na região e a maior parte das atividades econômicas estavam ligadas à sua produção, como a criação de gado e cavalos que se expandiu em direção ao rio São Francisco. O governo local estava a cargo do senado da câmara, dominado por senhores de engenho, plantadores de cana, criadores de gado e comerciantes de grosso trato, representando os interesses dos que se dedicavam à lavoura e ao comércio ultramarino. Em 1724, Salvador possuía cinco mil domicílios e uma população em torno de vinte e cinco mil habitantes, dos quais pouco menos da metade eram escravos.[74]

Em 1680, a concorrência antilhana afetou o setor açucareiro no Brasil, provocando uma queda drástica nos preços internacionais do produto. A demanda pelo açúcar brasileiro foi reanimada durante a primeira década do século XVIII.

---

[73] SCHWARTZ, Stuart op. cit pag. 84
[74] SCHAWARTZ, Stuart Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Ordem Colonial pág. 80

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0210200/CA

Mas a produção voltou a diminuir entre 1720 e 1730, quando a indústria entrou em uma fase de relativa estagnação, apesar do registro da boa safra de açúcar e de tabaco do ano de 1725. Para os senhores de engenho baianos a situação era agravada devido à demanda das zonas mineradoras por mão de obra, o que elevava o preço da escravaria, situação propícia para exacerbar as desavenças entre comerciantes e senhores de engenho. A província da Bahia já não era a região econômicamente mais dinâmica da colônia. Mesmo assim, foi a elite baiana a responsável pelo pagamento da maior parte do imposto eufemísticamente conhecido por "donativo" referente ao casamento entre as casas reinantes de Espanha e Portugal. Enquanto a província de Pernambuco arcou com um milhão de cruzados e o Rio de Janeiro, incluindo as Minas e as capitanias do Sul, ofereceram três milhões e setecentos mil, os súditos baianos contribuíram com três milhões de cruzados de um total de quase oito milhões a serem pagos à coroa em vinte e cinco anos.[75]

A cobrança de tributos sempre foi fonte de tensões entre as elites coloniais e as autoridades metropolitanas. Em 1661, Portugal concedeu à Inglaterra suas possessões de Bombain e Tanger mais a quantia de dois milhões de cruzados pelo dote de Catarina de Bragança pelo casamento com Carlos II da Inglaterrra. O fardo fiscal recaído sobre a província de Pernambuco para o "donativo da Rainha da Grã Bretanha e paz com a Holanda" e pela indenização dos Países Baixos de vinte e cinco mil cruzados mensais, durante dezessete anos, provocou greves, atrasos no pagamento dos impostos e acabou por contribuir para a deposição humilhante do governador Mendonça Furtado, o Xumbrega, pelos pro-homens da Câmara de Olinda. Os súditos pernambucanos, ainda ressentidos economicamente pelo esforço das guerras contra os holandeses, reagiram contra o representante do poder metropolitano. Gilberto Freyre assinalou o caráter peculiar das elites da "Nova Lusitânia", ciosas do seu papel histórico na resistência à entrega do nordeste para os Países Baixos. "Pernambuco tornou-se uma excepcional expressão dessa sociedade e tornou-se a mais característica subárea de todo o sistema de expansão colonial portuguesa na Ásia, África ou América durante os séculos XVI e XVII. Todo proprietário rural tornou-se um autocrata em seu

[75] SERRÃO, Joaquim Veríssimo História de Portugal pág. 319

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0210200/CA

próprio engenho – plantação e moinho de cana de açúcar- e os mais importantes proprietários logo se tornaram os senhores da administração pública, com os Governadores enviados pelo Rei de Portugal fazendo o que eles queriam. Eles foram os únicos membros do senado colonial, os oficiais da milícia ou capitães da colônia. Em 1666, os plantadores de cana de Pernambuco foram tão longe a ponto de expulsar um Governador enviado pelo Rei de Portugal. Sua Majestade indicou um novo Governador, cujos interesses coincidiam com os dos líderes daquele poderoso sistema agrícola."[76]

Com efeito, a tendência à insurgência da elite pernambucana se diferenciava da vocação de lealdade aos ditames de Lisboa dos súditos baianos. Evaldo Cabral de Mello explica que em Pernambuco havia uma contradição nítida entre o produtor rural e os financistas mascates que substituíram os judeus após a expulsão holandesa. Esses, além de financiar a safra, controlavam o comércio em grosso e a importação de africanos. "Na Bahia, a especialização entre o produtor nascido no Brasil e o negociante reinol não ocorreu com a mesma intensidade, de modo que o conflito entre o devedor rural e o credor urbano não conheceu a mesma virulência política e ideológica do que se verificou nas capitanias de cima, onde o sentimento nativista constituiu inicialmente a bandeira da açucarocracia, madrugando na chamada Guerra dos Mascates (1710-1711), disputa que embora tenha girado em torno do controle do poder municipal, conteve complicações bem mais abrangentes".[77] Em Salvador, os grupos dominantes eram mais diversificados. Havia a presença atenuante de uma elite burocrática profissional no comando dos cargos da administração governamental, que desfrutava de prestígio social. Eram representantes régios, nascidos no reino, bacharéis em direito, que atuavam no campo da justiça para estabelecer a lei em toda a colônia. Os senhores de engenho e os lavradores da terra se sentiam protegidos pelos membros da Relação contra os abusos administrativos de governadores e comerciante inescrupulosos. Também os proprietários de lavouras de fumo e os grandes proprietários do sertão tendiam a se fundir com a elite açucareira do Recôncavo.Os comerciantes não eram os únicos a prover crédito e capital para o

---

[76] FREYRE, Gilberto. " Alguns aspectos do desenvolvimento social da América portuguesa" In Palavras Repatriadas pág.s. 25 e 26

[77] MELLO, Evaldo Cabral de. " Um dos outros nomes do Brasil" In Um Imenso Portugal pág. 115

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0210200/CA

financiamento da safra. Advogados, clérigos, artesãos, senhores de engenho e as ordens religiosas também emprestavam dinheiro.

A mobilização espetacular do dispositivo cerimonial na cidade de Salvador, comandada pelo governador, contribuiu também para promover os nexos de pertencimento e a pacificação social. É possível considerar que a ênfase na utilização das representações simbólicas persuasivas tenha ajudado a dirimir os ímpetos contestatórios por parte da elite baiana contra o pagamento expressivo que lhe coube do "donativo" referente aos matrimônios reais. Assim como é provável que a instalação dos silhares azulejares no claustro e na sala do consistório dos Terceiros franciscanos, através da transplantação do corpo místico do reino na urbe colonial, esteja inserida no espectro dos instrumentos persuasivos utilizados, no plano simbólico, como atenuante dos rigores da tributação metropolitana, obedecendo à lógica da estratégia joanina de fortalecimento do clientelismo, através da aproximação e do reconhecimento dos poderes locais com o objetivo de manutenção da ordem.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0210200/CA

4.3.
Os Irmãos Franciscanos e a Aristocracia Agrária

Teria o rei oferecido um presente em agradecimento aos irmãos franciscanos ou foram esses os responsáveis pela encomenda das imagens reais como forma de aproximação e obtenção de benesses e privilégios? As investigações realizadas em Salvador e em Lisboa não resultaram na descoberta da origem da encomenda da obra azulejar a ser instalada no edifício dos Terceiros seráficos. A resposta precisa a esta indagação se perdeu na queima do Livro 1 de Termos e Resoluções Gerais da Mesa, já mencionada acima. Importa verificar, no âmbito desta dissertação, de que forma os painéis de azulejo são um signo da relação privilegiada do rei com uma parcela da elite soteropolitana, reunida na irmandade franciscana. Considerando verdadeira a atribuição corrente entre os especialistas dos esboços a Pierre Antoine Quillard, que foi pintor oficial da corte, é possível que os painéis azulejares tenham sido um presente real para os irmãos franciscanos. O historiador José Meco identificou outras prováveis contribuições reais na

decoração do templo dos Terceiros. Há na sacristia um "magnífico lavabo joanino em mármores embutidos, realizado em Lisboa, uma das melhores peças do gênero no Brasil. O espaldar está centrado por um escudo com as Armas Reais Portuguesas e o Emblema Franciscano, encimado pela Coroa Régia, assinalando um provável patrocínio de D. João V às obras da Ordem Terceira". O que não é passível de dúvida é a constatação de que os painéis foram rigorosamente concebidos para os espaços preexistentes do edifício, com previsão perfeita das diversas portas e janelas.

Também na colônia D. João V exerceu sua prodigalidade em oferecer obras e melhoramentos aos templos religiosos, uma metáfora poderosa da simbiose do poder real com a esfera do sagrado. A igreja de Nossa Senhora da Purificação recebeu doação régia de seis mil cruzados para sua ornamentação. Os azulejos da Matriz do Rosário de Cachoeira, contendo temática religiosa, foram doados por D. João V em 1747, segundo Santos Simões. À época do consórcio festivo em Salvador, conforme consta em apêndice do *Diário Histórico* de Joseph Ferreyra de Matos, o rei ofereceu à Catedral da Sé um grandioso órgão, a pintura decorativa dourada dos tetos, ricos paramentos e um relógio. "Chega a ocasião de se celebrarem as festas dos casamentos dos sereníssimos senhores Príncipes de Portugal e de Castela, e sem embargo de que os templos são palácios régios, como diz João Chrysostomo: *Templum Aula Regia est;* quis Vossa Ilustríssima que a sua Sé na ocasião de função tão Régia se visse egregiamente majestosa, tomando à sua conta muito do que se viu no dia de ação de graças e procissão".[78]

Os azulejos do edifício da Ordem Terceira foram, provavelmente, fruto da prodigalidade do rei e de sua política de reconhecimento dos vassalos leais do ultramar. O oferecimento de painéis azulejares contendo as imagens do corpo do rei, de sua corte e da capital do império representava mais do que uma simples cortesia real, era um signo de honradez para os membros da Ordem. Os irmãos Terceiros franciscanos constituíam uma das irmandades religiosas mais prestigiosas da Bahia, identificada com o estrato social dos agricultores locais de

---

[78] DE MATOS, Ferreyra, Joseph. Diário Histórico das Celebridades que na Cidade da Bahia se fizeram em Ação de Graças pelos felicíssimos Casamentos dos Sereníssimos Senhores Príncipes de Portugal e Castela

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0210200/CA

cana de açúcar e criadores de gado. Desde sua fundação em 1635, serviram à Ordem figuras de destaque no meio social, "capitães do campo", "sertanistas intimoratos", "ilustres governadores", "capitalistas poderosos" e "homens de letras", conforme a historiadora Marieta Alves.[79] Na origem, a aristocracia rural local, senhores de engenho, lavradores de cana e criadores de gado, dominava a instituição, quase todos também membros da Câmara Municipal de Salvador, cerne do poder local no mundo colonial. Pertencer a uma Ordem religiosa de prestígio era sinônimo de reconhecimento social e de obtenção de privilégios. Eram excluídos todos aqueles com antepassados identificados com os trabalhos mecânicos, bem como os de origem racial duvidosa "maculados" com o sangue mulato ou de cristão-novo. Os irmãos que casassem com pessoa de "sangue infecto" eram imediatamente expulsos da Ordem. Os magistrados do Tribunal da Relação eram proibidos de fazer parte da irmandade franciscana. Este grupo social tendia a integrar a Santa Casa da Misericórdia, instituição caritativa que incluía entre os seus membros os homens mais respeitáveis da cidade. O cargo de Provedor da Misericórdia era quase sempre controlado por desembargadores do Tribunal. Com o "abrasileiramento" dos magistrados no decorrer do século XVIII este quadro sofreu flexibilizações. Muitos membros de uma instituição passaram a tomar parte do conselho da outra. Pertencer a uma delas correspondia a um passaporte para as outras e para um cargo na Câmara Municipal.

Conforme escreveu Charles Boxer, a Câmara e a Misericórdia eram "os pilares gêmeos da sociedade colonial portuguesa".[80] O Conselho municipal abrigava os indivíduos de reconhecida posição social, os chamados *homens bons*, que por sua vez, formavam as confrarias laicas de prestígio. Além de cuidar da administração local, o Senado da Câmara gozava do privilégio de se corresponder diretamente com o monarca. Havia grande rivalidade entre a Misericórdia e a Ordem Terceira franciscana quanto ao recebimento dos dotes, às atividades bancárias de fornecimento de empréstimos financeiros e ao prestígio social de seus membros que integravam a reduzida comunidade intelectual da colônia. Os Terceiros franciscanos eram geralmente mais letrados e primavam pelo gosto

---

[79] ALVES, Marieta História da Venerável Ordem Terceira da Penitência do Seráfico Padre São Francisco da Congregação da Bahia pág. 14
[80] BOXER, Charles, op.cit pág. 286

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0210200/CA

pelos ritos e procissões aparatosas e davam grande importância à perfeição cerimonial dos cortejos. A Misericórdia, porém, exercia uma certa supremacia, pois gozava de patrocínio real e desfrutava do monopólio das ações sociais e dos funerais, o que permitiu uma ascendência sobre as ordens menores. As rendas da ordem franciscana eram provenientes de dotes e legados de seus membros, que temiam a eternidade, bem como dos empréstimos financeiros que concediam a juros de 6,25%. Os irmãos franciscanos não disputavam as ações caritativas. Os Terceiros se ressentiam do monopólio dos enterros exercido pela Misericórdia. Os funerais eram uma excelente oportunidade para exibir a riqueza da ordem. Quando um irmão morria era necessário pedir permissão à Misericórdia para utilizar a essa, que era também cobrada pela Misericórdia.

Na raiz da disputa estava o privilégio concedido à Misericórdia pelos monarcas portugueses desde 1593 relativo aos funerais. Este monopólio garantia as rendas dos enterros, um cerimonial de grande importância social. O fornecimento de essas e liteiras era fonte de recursos e símbolo de prestígio. Os privilégios eram também de natureza financeira e jurídica. A Misericórdia recebia privilégios para a administração da assistência social que dispensava aos presos e aos doentes, detendo o monopólio das esmolas aos presos. Também só os irmãos da Misericórdia podiam interferir nos processos criminais e judiciais, através do controle da mais alta corte, que era o Tribunal da Relação. Muitas vezes essas supremacia causava conflitos com o primeiro nível de justiça da câmara municipal. As querelas entre as instituições rivais no âmago da elite colonial podem ter sido metafóricas das verdadeiras tensões existentes entre os representantes da coroa, guardiões da ordem, da justiça, do monopólio e dos privilégios e a classe produtora local, menos privilegiada, porém ciosa de sua nobreza, de seus interesses e do seu papel social. A ordem terceira franciscana estava mais identificada com o poder local e a Misericórdia com o poder central metropolitano.

As pesquisas realizadas por Stuart Schwartz e John Russell-Wood levantaram alguns perfis biográficos dos mais destacados membros da elite baiana de então. Esses estudos permitem um recorte que aponta na direção da constituição do grupo social que compunha a agremiação dos irmãos seráficos. De

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0210200/CA

acordo com Marieta Alves, os membros da Ordem "formavam uma plêiade de espíritos bem formados".[81] Essa característica específica dos Terceiros é compartilhada por Russell - Wood: "Enquanto que a Ordem Terceira de São Francisco dava preferência aos intelectuais e a Ordem Terceira do Carmo aos homens de negócios, a Misericórdia não mostrava tais preferências na escolha de seus irmãos".[82] A vocação intelectual da irmandade franciscana estava expressa nas biografias de alguns de membros ilustres. O poeta Gregório de Mattos, oriundo de uma família de proprietários rurais, graduado em Coimbra e magistrado real em Portugal, vestiu o hábito franciscano, mesmo tendo recusado suas prebendas religiosas junto ao arcebispado da Bahia e de ter sido denunciado ao Tribunal da Inquisição. A sátira gregoriana recaía sobre os membros do Tribunal da Relação e os provedores da Misericórdia.[83] Outro ilustre representante deste grupo foi João Lopes Fiúza, português de Viana do Castelo, que chegou à Bahia em 1690 e logo se tornou importante homem de negócios, dedicado ao comércio de escravos, açúcar e fumo. Com o casamento Lopes Fiúza tornou-se proprietário de vários engenhos. Fiúza se destacava da elite rural pelo refinamento de sua educação. Apreciava autores clássicos como Virgílio e Cícero e por história e literatura. Sua biblioteca, de mais de cinqüenta volumes em latim, espanhol e português, incluía Lope Vega, Cervantes, Sá de Miranda e outros. Também Joseph Ferreyra de Matos, tesoureiro-mor e cônego da Sé da Bahia e autor do *Diário Histórico*, foi ministro da irmandade franciscana.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0210200/CA

---

[81] ALVES, Marieta. op cit pág. 11

[82] RUSSELL-WOOD A. J. R. Fidalgos e Filantropos A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755 pag 275

[83] Gregório de Matos escreveu o seguinte poema de natureza religiosa, ao tomar o hábito franciscano na Bahia:

"Ó magno Serafim, que a Deus voaste
Com asas de humildade, e paciência
E absorto já nessa divina essência
Logras o eterno bem,, a que aspiras
Pois o caminho aberto nos deixastes
Para alcançar de Deus também clemência
Na ordem singular de penitência
Destes filhos Terceiros que criastes
A filhos, como Pai,. olhas queridos,
E intercede por nós, Francisco Santo
Para que te sigamos, e imitemos
E assim desse teu hábito vestidos
Na terra blasonemos de bem tanto,
E depois para o céu juntos voemos"

Os homens de letras que compuseram a *Academia Brasílica dos Esquecidos* não constavam como membros da irmandade franciscana. Não pude investigar profundamente essa relação, mas suponho que esteja ligado ao fato da maior parte desse grupo ser composta de magistrados, o que os fazia tender a integrar o conselho da Misericórdia, como foi o caso de Sebastião da Rocha Pitta e do chanceler Brito de Figueiredo. Embora os dotes intelectuais fossem claramente valorizados no âmbito dos Terceiros franciscanos, não era apenas essa característica que os distinguia socialmente, mas pelos fortes vínculos com a alta aristocracia local.Um dos grandes beneméritos da irmandade franciscana foi o Coronel Domingos Pires de Carvalho, que presidiu a Mesa durante o período da construção da igreja (1702-1703). Pires de Carvalho é fundador de uma das famílias mais tradicionais da aristocracia baiana. Ele chegou a Salvador em 1660 vindo do norte de Portugal e tornou-se importante comerciante e proprietário de terras. Seu filho, José Pires de Carvalho, casou-se com uma Cavalcanti Albuquerque, de Pernambuco. Posteriormente, a família ligou-se aos Garcia D'Ávila, da elite pecuarista. Seus descendentes vieram a possuir mais de nove engenhos, milhares de cabeças de gado no sertão e mansões na cidade. Também alguns governadores foram irmãos Franciscanos, incluindo o vice-rei Vasco Meneses. Foi na igreja de São Francisco que se deu aparatosa cerimônia fúnebre de Afonso Furtado. Seu corpo foi ali velado e sepultado, já que neste momento a igreja da Ordem terceira ainda não tinha sido erguida.

Figura 1 – Retrato do Coronel Domingo Pires de Carvalho, benfeitor da ordem terceira de S. Francisco, início do século XVIII

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0210200/CA

A Irmandade abrigava grandes proprietários de terra, tais como Antonio da Rocha Pitta, que em virtude da herança de sua primeira mulher, tornou-se um dos mais ricos homens da capitania da Bahia e dos maiores proprietários de terra de todo o nordeste. A sociedade baiana reconheceu seu êxito admitindo-o na Ordem terceira dos franciscanos. Ele também foi membro da Misericórdia. Francisco Fernandes do Sim, nascido na Ilha da Madeira, começou como comerciante de açúcar na Bahia, tendo sido elevado a posição de responsabilidade como diretor da Companhia Geral de Comércio do Brasil. Casou-se com uma filha de senhor de engenho e passou a adquirir propriedades rurais, o que apagou suas origens mercantis. Em 1660 já era considerado um dos homens mais importantes da sociedade baiana, o que permitiu que fosse filiado à Ordem Terceira de São Francisco e à Misericórdia. Outra figura de cabedal e de proeminência na Bahia foi Antônio Guedes de Brito, um dos maiores proprietários de terras na região de Jacobina e Morro do Chapéu. Seus bens incluíam fazendas de cana da Baía de Todos os Santos, engenhos e propriedades no sertão, base de sua fortuna. Foi síndico da Ordem Terceira de São Francisco e provedor da Misericórdia. Serviu inúmeras vezes a Câmara Municipal de Salvador e, como vereador, fez parte do triunvirato que governou após a morte de Afonso Furtado. O financista João de Matos de Aguiar, considerado um dos mais abastados da Bahia colonial, construiu um império arrendando terras, casas e outras propriedades, além de fornecer crédito. Recebeu o hábito da Ordem de Cristo e foi cavaleiro da Ordem de Santiago. Foi admitido na Misericórdia e na irmandade franciscana. Serviu como tesoureiro dos fundos do

Figura 2 – Retrato de João de Matos de Aguiar, benfeitor da ordem terceira de S. Francisco, início do século XVIII

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0210200/CA

governador Afonso Furtado e atuou como representante da vila de Camumu na Câmara de Salvador.

Os perfis biográficos de alguns desses membros proeminentes da irmandade franciscana revelam, a grosso modo, as interseções existentes no interior da elite baiana de então. "Quem não está na Câmara está na Misericórdia", dizia o provérbio alentejano, válido também para as instituições coloniais, conforme observou Boxer. Os pro-homens tendiam a integrar as duas instituições de maior prestígio social da cidade de Salvador: a Misericórdia e a Ordem Terceira de São Francisco. A primeira mais identificada com uma tradição de autonomia e de privilégios, a burocracia do estado português, os desembargadores e juízes do Tribunal da Relação, e a segunda mais representativa da aristocracia rural, com menos prerrogativas e com vínculos na instância do poder local da Câmara Municipal da cidade de Salvador. Conforme Hespanha, as Relações coloniais eram tribunais soberanos, cujas decisões tinham a mesma dignidade das decisões reais. Nem mesmo os governadores podiam intervir nestes conteúdos. A Relação exercia o controle dos funcionários civis, os ouvidores e militares, para além do controle judicial do governo, embora tenha havido na Bahia laços fortemente solidários entre os membros da Relação e as elites locais, o que às vezes servia de via de acesso das elites locais à administração metropolitana. As câmaras municipais eram compostas por representantes das melhores famílias da terra, que freqüentemente entravam em conflito com o governador, cujo exemplo extremo foi o de Mendonça Furtado. O ingresso nas câmaras municipais constituía "uma das principais vias de acesso a um conjunto de privilégios que permitia nobilitar os colonos; e que, ao transformá-los em cidadãos, levou-os a participar do governo político do Império", como escreveu Fernanda Bicalho.[84]

O claustro e a sala do consistório do edifício dos irmãos franciscanos de Salvador, onde foram instalados os painéis azulejares contendo as representações simbólicas da realeza joanina, foi um espaço que na origem estava intimamente relacionado à elite da aristocracia agrícola e suas frações internas, dos fidalgos

[84] BICALHO, Maria Fernanda. "As câmaras ultramarinas e o governo do Império" In FRAGOSO João, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (org) O Antigo Regime nos Trópicos pág. 207

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0210200/CA

vincados à esfera local, dos cidadãos da cidade, no seu sentido comunal do termo. No vértice do provável oferecimento real dos azulejos aos Terceiros franciscanos estava menos o gosto perdulário do monarca de enfeitar igrejas e agradar ao clero, e mais o gesto de natureza política expresso no desejo de aproximação, reconhecimento e fortalecimento do nexo simbólico com os súditos baianos. Os azulejos manifestavam uma comunicação direta entre o centro do poder metropolitano e as oligarquias locais, no momento em que estas deixam de ser o seguimento mais economicamente dinâmico da colônia. O retrato do rei, de sua corte e as imagens da capital do império constituía uma honraria, um privilégio real concedido à esta camada da sociedade baiana, que estava comprometida com o pagamento da maior parcela de tributos pelos casamentos reais. Afinal, era a Câmara Municipal, ou seja o poder local, a instância responsável por prover e gerenciar taxas, impostos, contribuições voluntárias e rendas arrecadadas.

O conjunto azulejar dos Terceiros e o evento festivo de Salvador, apesar de referidos ao mesmo propósito em torno das celebrações das bodas reais, mobilizaram esferas distintas do espectro social e político da Bahia. Os azulejos estavam inscritos na lógica da comunicação direta do poder central dirigida exclusivamente à elite local da cidade, ao passo que as cerimônias lideradas por Vasco de Meneses foram manifestações organizadas pelo mais alto representante do poder central destinadas a persuadir toda a população, incluindo os "nobres" da terra, os burocratas reais, os eclesiásticos e até o povo. As festas barrocas de Salvador tiveram um efeito polissêmico, de afirmação da ordem, de forma a extasiar os diversos segmentos sociais da cidade. A instalação dos azulejos no claustro e na sala do consistório dos irmãos seráficos aduzem ao sistema de trocas simbólicas entre o rei e a elite local, visando em última instância, ao bom desempenho das estratégias fiscais reais e ao reordenamento do nexo colonial. Ambas representações traduzem a riqueza de sentidos produzida pela dimensão do simbólico na configuração política do Antigo Regime em Portugal.

O conjunto azulejar dos Terceiros seráficos, instalado no claustro e na sala do consistório, pervertendo o espaço destinado ao sagrado com a presença de temas iconográficos alusivos à vida pública e às questões de estado, aduz à racionalidade das estratégias da política regalista desenvolvida por D. João V,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0210200/CA

prenúncio de um processo de laicização do sistema que o "Portugal Esclarecido" josefino concluirá. Há nos azulejos barrocos uma manifestação do sentido pragmático da "política de espetáculo ou do espetáculo da política", em serviço da defesa dos interesses do estado. Os painéis azulejares traduzem o caráter *sui generis* do poder joanino, que combinava o compromisso com a manutenção da ordem tradicional católica com a submissão a uma idéia de estado forte, em posição centrípeda no âmago da condução dos negócios do Império. Eles testemunham as singularidades da política regalista do monarca, calcada na realidade periférica do país, como se na superfície brilhante dos vidrados em frações de azuis ultramarinos estivesse refletida a luz emanada pelo poder monárquico centralizado.

Os painéis apontam para as ambiguidades inerentes à complexidade da cultura barroca joanina, em que sobrevivem no nível das mentalidades o espectro contra-reformista, ao mesmo tempo que, progressivamente, no plano político, emergem "raios" de um certo racionalismo de matiz iluminista. Conforme Maria Helena Carvalho dos Santos, foi durante período posterior à Guerra da Sucessão de Espanha que despontaram 'os verdadeiros problemas portugueses", estruturais e de mentalidades, entre o Império e a Europa, entre a laicização do poder e as questões religiosas. Diz ela: "...parece-me que é em torno desse confronto que se desenvolve o absolutismo português, tendencialmente orientado para as Luzes, mas arraigadamente preso às práticas obscurantistas".[85] As cenas do cerimonial festivo da corte e os aspectos da capital gravadas nos azulejos barrocos instalados no templo dos Terceiros seráficos de Salvador destilam a essência original do absolutismo português.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0210200/CA

---

[85] SANTOS, Maria Helena Carvalho dos "O século XVIII e o absolutismo português" In Portugal no Século XVIII pág. 57